

A Informação Digital sobre Resíduos Sólidos como Ferramenta de Comunicação Governamental

Analysis of Public Policies for Homeless People Through a Social Management Perspective

Lucas Braga da Silva¹
Verônica Dantas Meneses²

Resumo

A comunicação governamental é aquela realizada por um determinado governo e as suas instituições. O objetivo desta pesquisa é investigar a mobilização das secretarias de meio ambiente dos estados da região amazônica brasileira quanto a informação sobre resíduos sólidos nos respectivos sites institucionais. A pesquisa é de natureza qualitativa, realizada por meio de análise de conteúdo das informações disponibilizadas pelos sites institucionais. Os resultados e análises demonstram uma comunicação governamental fragilizada devido a ausência de informações sobre a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos nos sites das agências ambientais. Estes resultados apontam para um distanciamento de uma ligação mais próxima entre governo e sociedade.

Palavras-chave: Resíduos Sólidos. Comunicação Governamental. Informação. Amazônia Legal.

Abstract

Governmental communication is carried out by a particular government and its related institutions. The objective of this research is to investigate the mobilization of the environmental secretariats of the Brazilian Amazon states regarding solid waste information in their institutional sites. The research is of a qualitative nature, conducted through content analysis of the information provided by the institutional websites. The results and analysis show weak government communication due to the lack of information on solid waste management on their websites. These results point to a distancing from a closer link between government and society.

Keywords: Solid Waste. Government Communication. Information. Legal Amazon.

Recebido em (*manuscript first received*): 23/12/2019

Aprovado em (*manuscript accepted*): 29/04/2022



DOI: <http://dx.doi.org/10.17648/aos.v11i1.2060>

¹ Mestre em Comunicação e Sociedade. Doutorando em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins (2021). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Palmas, Tocantins, Brasil. E-mail: lucaslogistica19@gmail.com.

² Doutora em Comunicação. Professora do Mestrado Acadêmico em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins. Palmas, Tocantins, Brasil. E-mail: veronica@mail.uft.edu.br.

1 Introdução

Conforme apontado por Viana et al. (2016) a Amazônia Legal, composta por nove estados brasileiros (Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) apresenta problemas complexos ligados à saúde, com especial expressividade para doenças parasitárias e infecciosas relacionadas à ausência de coleta de resíduos, de saneamento básico e de abastecimento de água potável. A região norte, por exemplo, que comporta a maior parte dos estados da região amazônica, em 2018, foi responsável pela geração de 13.069 toneladas/dia de resíduos sólidos urbanos de um total de 199.311 produzidos por todo o território brasileiro (Associação Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais [ABRELPE], 2019).

Resíduos sólidos são todos aqueles materiais que se tornaram obsoletos devido às atividades de consumo e que não tem mais serventia para o consumidor. Com relação à geração de resíduos sólidos no território brasileiro, em 2018, correspondeu a 72 milhões de toneladas, o que representou 380 kg/pessoa/ano. Deste total, cerca de 72,7 milhões foram coletados e outros 6,3 milhões não receberam o mesmo tratamento. Assim, 59,9% destes resíduos receberam uma destinação adequada em aterro sanitário e outros 43,3% não (Associação Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais [ABRELPE], 2019), o que é bastante preocupante devido aos riscos que os resíduos sólidos representam para a saúde pública e o ambiente (Silva et al., 2021).

A Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305/2010, apresenta duas metas estruturantes para a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos em municípios e estados brasileiros: a elaboração de planos de gestão de resíduos sólidos até 2012 e a eliminação dos vazadouros a céu aberto até 2014 (Brasil, 2010). Apesar destas exigências e da finalização dos prazos, em 2019, apenas 55% dos estados da região amazônica conseguiram elaborar o seu plano de gestão e dos 808 municípios desta região, cerca de 44,30% ainda utiliza lixões a céu aberto e outros 42,57% não informaram nada nesse sentido (Observatório dos Lixões, 2019).

Embora a política de resíduos sólidos seja realidade no país ainda percebe-se inúmeras dificuldades em sua implementação. Algumas podem estar relacionadas ao processo de elaboração da política e até mesmo a ausência de recursos financeiros para sua efetiva concretização. Além disso, também percebe-se desafios em sua implementação, destacando-se a integração entre os diferentes atores, disposição de recursos humanos capacitados e recursos financeiros e tecnológicos adequados a realidade em questão, dentre outros (Maiello et al., 2018).

Para Ramesh et al. (2016) a comunicação entre as estruturas organizacionais do aparelho do Estado e entre estas e a própria sociedade pode ser visto como um ponto crítico para a gestão de políticas públicas, uma vez que esta ferramenta pode afetar positivamente ou negativamente a compreensão e o apoio a elaboração, operacionalização e avaliação de políticas públicas (Silva et al., 2020; Silva et al., 2021).

Com os avanços tecnológicos e a necessidade de modernizar os procedimentos organizacionais da administração pública (Bernardes et al., 2014; Fachin & Rover, 2015; Santos & Rover, 2016), outros temas também passaram a integrar a agenda pública, como o governo eletrônico (Fachin & Rover, 2015), plataforma digital construída pelos estados e

municípios brasileiros para democratizar o acesso à informação, fortalecer os debates em torno de questões específicas, proporcionar mecanismos de engajamento em espaços públicos de discussão e melhorar a qualidade dos serviços prestados (Carniello, 2015; Diniz et al., 2009; Ribeiro & Carniello, 2021).

Este trabalho busca responder ao seguinte problema de pesquisa: Como a comunicação governamental tem contribuído para a geração de informação relacionada à gestão de resíduos sólidos? Neste sentido, buscou-se investigar a mobilização das secretarias de meio ambiente dos estados da região amazônica brasileira quanto à informação sobre resíduos sólidos nos respectivos sites institucionais. A fim de atender ao objetivo central do trabalho, foi realizada uma busca a respeito da existência de informações sobre os planos de Resíduos Sólidos dos Estados e/ou outras informações a respeito do tema.

Com isso, pretende-se com este trabalho destacar que as redes de comunicação estabelecidas pela internet e os recursos eletrônicos associados aos processos de comunicação governamental podem contribuir para processos mais dialógicos entre a gestão pública e a sociedade (Silva et al., 2020; Silva et al., 2021). Assim, é importante que a informação chegue ao cidadão, a fim de promover a divulgação de programas e políticas públicas arquitetadas e desenvolvidas pela gestão pública à sociedade e viabilizar a gestão participativa e interativa de atores sociais variados e uma heterogeneidade de ideias nas discussões públicas instituídas neste contexto (Cezar et al., 2013; Cezar, 2018).

2 Comunicação governamental e sustentabilidade

A comunicação governamental visa promover a aproximação entre as estruturas burocráticas estatais e à sociedade civil através de instrumentos distintos que possibilitem diálogo, acesso e repasse de informações específicas, entre outros aspectos relativos a políticas públicas e outros assuntos debatidos pela administração pública (Silva et al., 2020; Silva et al., 2021). Esta aproximação auxilia a administração pública na estruturação de novas políticas públicas e até mesmo daquelas já projetadas e implementadas. As distintas redes instituídas tendo em vista estabelecer ligações entre governo e cidadão pode contribuir positivamente para a inovação e qualidade da política pública (Cezar, 2018).

Torquato (2014) reconhece que, em um contexto democrático, a comunicação governamental abrange toda e qualquer possibilidade de interação e diálogo entre as instituições governamentais e a sociedade, em um fluxo que considera ideias distintas e a liberdade de expressão. Assim, a comunicação pode ser entendida como todo o tipo de comunicação criada internamente pelas agências governamentais, o que envolve desde notícias, relações públicas, publicidade, propaganda, editoração, cinema, rádio, televisão até a comunicação informal, e tem de ter uma equipe técnica capacitada.

Torquato (2014) entende que o ideal da comunicação governamental é a de ser referência nos sistemas democráticos, possibilitando não apenas o fluxo de informações das ações públicas para a sociedade, mas também o intercâmbio entre governo e a sociedade em geral, bem como o engajamento desta nas políticas públicas.

Portanto, para ser eficaz, a comunicação governamental deve ser neutra, informativa e autônoma da política partidária (Russmann et al., 2020), além de envolver todas as

instâncias governamentais de forma a garantir que se estabeleça um processo comunicativo de interesse da sociedade civil (Kunsch, 2012; Silveira, 2014). No entanto, fica claro que geralmente se refere a um mecanismo de gestão pública que ajuda os atores estatais a ganhar legitimidade do governo perante a sociedade (Gil & Matos, 2012).

Segundo Luz (2017, p. 423), a comunicação governamental é o nome utilizado para designar a forma de comunicação que um Estado utiliza para demonstrar visibilidade de suas ações. Conforme aponta Labres (2014, p. 302), os órgãos governamentais devem ter estruturas com visão estratégica, alinhadas com a política governamental, responsáveis por legitimá-la e mediar as relações com todos os públicos. Portanto, há a necessidade de sistemas de comunicação governamental que se integrem com missão, objetivos, propósitos, valores e políticas organizacionais. Outro aspecto que precisa ser ressaltado é um processo de comunicação bem planejado e estruturado, além de pessoas qualificadas atuando na área (Labres, 2014; Luz, 2017).

Nesse contexto, o processo de comunicação do governo tem de informar seus próprios funcionários, ouvir as necessidades dos cidadãos, promover o fortalecimento das relações sociais e valorizar os cidadãos como participantes do processo de mudança e acompanhando a mudança, tanto de comportamento quanto de organização da sociedade (Faccioli, 2000).

Na atualidade, este campo de estudo tem se destacado positivamente com diversas modificações, tanto no âmbito teórico como empírico e social. Além do mais, diante de tantos instrumentos tecnológicos e acesso aos mais variados meios de comunicação, a sociedade começa a despertar o desejo por assuntos ligados ao aparelho do Estado. Devido a isso novas necessidades surgem, como de estruturas sólidas e capacitadas nestas instituições, para assim disponibilizar serviços públicos capazes de satisfazer os anseios da sociedade (Labres, 2014).

A globalização trouxe algumas mudanças para a sociedade atual, uma das quais envolve a Internet e a rede de comunicação que ela criou. A comunicação governamental está inserida nesse contexto e busca agilidade no fluxo das informações geradas com relação à tomada de decisão pública (Cezar et al., 2013). Portanto, cabe destacar que a comunicação governamental pode ocorrer de diversas formas, ou seja, por meio da mídia disponibilizada pelo governo em veículos regionais, programas de rádio e televisão, entre secretarias e órgãos governamentais, por meio das páginas eletrônicas das secretarias estaduais e municipais, outras (Russmann et al., 2020).

Contudo, há a necessidade de as instituições governamentais assegurarem à sociedade em geral o acesso às informações das atividades realizadas pela administração pública. Este é um direito adquirido pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. No período que corresponde à instituição do acesso à informação como um direito ao cidadão, cabe destacar que este ocorria de modo superficial e sem critérios pré-estabelecidos para assegurar o acesso à informação (Brasil, 1988).

Desde a década de 2000, as agências governamentais aderiram ao governo eletrônico, programa do governo federal que busca integrar tecnologias de informação nas comunicações públicas, com a finalidade de democratizar o acesso à informação, possibilitar participação social da coletividade na elaboração e implementação de políticas públicas, debater os assuntos públicos de interesse coletivo e melhorar os serviços públicos

prestados e as respectivas informações repassadas aos públicos (Carniello, 2015; Ribeiro & Carniello, 2021).

Nesse sentido, também se integra à perspectiva de governo eletrônico, a participação social e a prestação de serviços públicos, pois ao permitir a visibilidade e possibilidade de retorno da sociedade pode-se estruturar melhorias no modo de operação das atividades governamentais; a cooperação, em que é adotado este viés para integrar os órgãos públicos e estes com as empresas privadas; e ainda a gestão do conhecimento, pois por meio dela é possível acumular e compartilhar informações (Diniz et al., 2009).

Literatura aponta que disponibilizar mecanismos de comunicação entre as organizações do Estado e a sociedade em geral por meio de plataformas eletrônicas, promove a interatividade entre os atores internos e externos, exposição de ideias, manifestação da comunidade diante dos projetos governamentais, participação nas discussões acerca de temas diversos, melhorias dos procedimentos organizacionais e uma gestão pública mais eficiente (Bernardes et al., 2015, Carniello, 2015; Fachin & Rover, 2015; Santos & Rover, 2016; Ribeiro & Carniello, 2021; Silva et al., 2020; Silva et al., 2021).

Ainda para auxiliar as comunicações governamentais, instituiu-se a chamada Lei de responsabilidade fiscal, Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. A legislação aponta a transparência, o planejamento, a divulgação e a fiscalização das atividades estatais e o desempenho contábil e econômico como pontos principais da gestão neste contexto. A gestão pautada nestes pontos possibilita melhores resultados financeiros e econômicos, bem como o equilíbrio das contas públicas e o controle social (Brasil, 2000).

Além disso, outra legislação que também auxilia neste sentido é a de transparência na gestão pública, dada pela Lei complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 (Brasil, 2009). Entre outros aspectos, a legislação busca a aproximação entre a esfera civil e as esferas de decisão política, como também possibilita acesso público a informações a respeito da execução orçamentária e financeira em plataformas eletrônicas (Brasil, 2009).

Para orientar a publicidade de dados exigidos pela legislação da transparência as instituições estatais, é elaborado o guia de implantação de portal da transparência, destacando orientações sobre recursos tecnológicos a serem adotados pelos órgãos públicos e o conteúdo da publicação de informações ligadas a despesas, receitas, registros financeiros, procedimentos licitatórios dos órgãos públicos, entre outros aspectos, de modo que sejam garantidas acessibilidade e navegabilidade a sociedade em geral (Controladoria Geral da União, 2013).

A partir da instituição da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regulamenta o acesso à informação, os órgãos públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios passaram a contar com critérios específicos para estruturar esta questão, tais como publicidade, divulgação de informações, adotar meios de comunicação que proporcionem interconexão com as tecnologias de informação, transparência pública e o controle social das atividades públicas (Brasil, 2011).

Cabe destacar que a comunicação governamental digital pode ser vista como toda e qualquer iniciativa voltada a disponibilizar a informação e garantir o controle social à sociedade através da internet e de seus recursos (Silva et al., 2020; Silva et al., 2021). Assim, a criação e disponibilidade de mecanismos de comunicação destinados ao controle social, participação social e transparência pública corroboram para mais envolvimento dos setores da sociedade na gestão de políticas públicas e a visibilidade e legitimidade das ações

governamentais (Gomide & Pires, 2014). Torquato (2010) explica que a comunicação na gestão pública deve assumir um leque de funções, dentre as quais: integração interna, expressão de identidade e cultura, propor a cidadania, orientar as falas dos gestores e também aos cidadãos, mapear os mais variados interesses sociais, meio democrático do poder, integração social e a ética nos processos comunicativos.

Contudo, os processos e decisões no voltado aos resíduos sólidos precisam da comunicação para tomar efeito às fases de elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas (Cezar, 2018). Portanto, a busca pela sustentabilidade permeia a política dos resíduos sólidos (Brasil, 2010) e outras como de meio ambiente, das águas, crimes ambientais, saneamento básico, por exemplo (Cezar, 2018), e a comunicação assume um papel importante na mobilização da sociedade (Silva et al., 2020; Silva et al., 2021), e em garantir o direito da sociedade à informação e ao controle social referente a essa questão (Brasil, 2010).

Assim, considerando a perspectiva do desenvolvimento sustentável, este considera necessário e possível compatibilizar questões de ordem econômica com questões sociais e de proteção, preservação dos recursos naturais e de equilíbrio do ecossistema para as gerações do presente e do futuro (Canepa, 2007; Carneiro, 2005; Kunsch, 2007; Leff, 2010). Portanto, a sustentabilidade deve fazer parte das estratégias de comunicação e organizacionais, com vistas à promoção e a divulgação da causa ambiental tanto entre os seus públicos internos como para os externos; funcionários, cidadãos e outros. Nesta perspectiva, as interfaces entre comunicação e sustentabilidade contribuem positivamente para tornar educar, alertar e mobilizar os indivíduos a respeito das questões ambientais, e também na busca por respostas para estas problemáticas. (Baldissera & Kaufmann, 2013; Farias & Kunsch, 2013).

No entanto, apesar deste discurso, nem sempre as empresas públicas e privadas assumem a questão da sustentabilidade de modo profundo em todos os seus processos de gestão. Neste âmbito, estes procedimentos são bastante superficiais; não consideram todos os aspectos da sustentabilidade, e em geral nota-se preocupação apenas com a lucratividade dos negócios. Neste sentido, a comunicação deve encarregar-se de conceitos consistentes e de possibilitar o debate e a conscientização sobre a problemática ambiental (Bueno, 2012). Por fim, cabe destacar que a comunicação governamental digital aplicada no contexto de políticas públicas, pode ser visualizada como um importante meio de mobilização social, disseminação de informações e conscientização social para estimular a participação social e envolver os atores sociais nas decisões públicas (Silva et al., 2020; Silva et al., 2021).

3 Material e métodos

Nesse estudo optou-se pela pesquisa de caráter exploratório e descritiva, de abordagem qualitativa, tendo a coleta de dados sido realizada nos sites governamentais apresentados no quadro 1. Dados qualitativos são formados pela subjetividade (Prodanov & Freitas, 2013). O universo de estudo desta pesquisa são os nove estados que compreendem a Amazônia Legal: Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Quadro 1. Estados da Amazônia Legal e os seus sites institucionais

Item	Denominação da secretaria e Unidade Federativa	Link do site
1	Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre	http://sema.ac.gov.br/
2	Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá	http://www.sema.ap.gov.br/
3	Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas	http://meioambiente.am.gov.br/
4	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão	http://www.sema.ma.gov.br/
5	Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Mato Grosso	http://www.sema.mt.gov.br/
6	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará	https://www.semam.pa.gov.br/
7	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia	http://www.sedam.ro.gov.br/
8	Fundação <i>Estadual do Meio Ambiente</i> e Recursos Hídricos de Roraima	http://www.femarh.rr.gov.br/
9	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Tocantins	https://semarh.to.gov.br/

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

A coleta de dados foi conduzida por meio de delineamento documental em sites, baseado nos critérios de governo eletrônico nos sites das secretarias ambientais destes estados (Martino, 2018), especialmente com enfoque para o acesso à informação, controle social e interação. Para tanto, foram delineados critérios relativos à informação sobre resíduos sólidos conforme adaptação do estudo de Carniello (2015): indicadores sociais, econômicos e ambientais da unidade federativa, política de resíduos sólidos, plano de resíduos sólidos, agenda de eventos da pasta, autoridades responsáveis, programas governamentais, painel de notícias, orçamento público, gastos públicos e interações em redes sociais.

Com relação a análise de dados, esta foi conduzida da seguinte forma: (i) visita aos sites dos referidos estados e (ii) verificação dos critérios de comunicação governamental adotados pela pesquisa nos sites. Além do mais, foram realizadas observações e anotações referentes ao conteúdo disponibilizado pelos sites em planilha eletrônica.

Para verificar as interações entre sociedade e governo, foi observado o envio e o retorno de mensagens encaminhadas por meio das redes sociais e da seguinte mensagem: “Olá, gostaria que me informasse o link para acesso ou me enviasse por e-mail o plano estadual de resíduos sólidos do seu estado”. A análise de dados entre os meses de maio a agosto de 2019. O envio de mensagens ocorreu no mesmo período da análise por meio do Facebook e/ou Instagram (Carniello, 2015).

4 Resultados e análise

A análise dos sites institucionais das secretarias ambientais dos Estados componentes da Amazônia Legal a seguir contemplou um olhar sobre a gestão de informações como possibilidade de estabelecer ligações entre governantes e governados através das mensagens informativas publicadas nos sítios eletrônicos e reconhece a

diversidade de atores sociais. Assim, a análise da comunicação governamental sobre resíduos sólidos foi guiada pelos critérios e justificativas apresentados no quadro 2.

Quadro 2. Critérios de análise da comunicação governamental sobre resíduos sólidos

Critério	Justificativa
Indicadores sociais, econômicos e ambientais	Os indicadores sociais, econômicos e ambientais no voltado aos resíduos sólidos são importantes para monitorar e medir a eficiência da gestão de resíduos sólidos.
Política de resíduos sólidos	O acesso à Política Nacional de Resíduos Sólidos amplia o conhecimento acerca de obrigações e deveres para com a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos pela coletividade.
Plano de resíduos sólidos	O acesso ao Plano de Resíduos Sólidos amplia o conhecimento acerca das metas e ações para a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos.
Agenda de eventos da pasta	A agenda de eventos da pasta possibilita o acesso às datas de lançamento de programas e a realização de ações no voltado aos resíduos sólidos.
Autoridades responsáveis	A disponibilidade dos nomes das autoridades contribui para que a sociedade possa tomar conhecimento de suas ações enquanto representante dos interesses da coletividade.
Programas governamentais	O conteúdo referente aos programas de resíduos sólidos planejados e executados pelo poder público.
Painel de notícias	Possibilita informação sobre os desdobramentos da implementação da política de resíduos sólidos.
Orçamento da pasta	A informação do orçamento indica a disponibilidade de recursos disponíveis para tratar da questão dos resíduos sólidos.
Gastos públicos	A publicização dos gastos públicos corrobora para a transparência pública.
Interação nas redes sociais	A interação pelas redes sociais corrobora para um diálogo mais próximo entre sociedade-governo.

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

A intenção da análise é verificar se estes sites permitem o fortalecimento da gestão democrática e a transparência da administração pública (Carniello, 2015; Ribeiro & Carniello, 2021; Santos & Rover, 2016). O quadro 2 mostra o atendimento dos critérios de comunicação governamental pelos estados. Onde encontra-se x no quadro 2 representa o atendimento do site ao critério específico.

Quadro 3. Análise da comunicação governamental sobre resíduos sólidos

Critério	Estado								
	Acre	Amapá	Amazonas	Maranhão	Mato Grosso	Pará	Rondônia	Roraima	Tocantins
Indicadores sociais, econômicos e ambientais					x				
Política de resíduos sólidos				X	x			x	x
Plano de resíduos sólidos			x						x
Agenda de eventos da pasta					x				
Autoridades responsáveis	X	x	x	X	x	x	x	x	
Programas governamentais					x				
Painel de notícias	X	x	x	X	x	x	x	x	x
Orçamento da pasta			x		x				
Gastos públicos			x		x				
Interação nas redes sociais	X		x		x	x			

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

4.1 Indicadores sociais, econômicos e ambientais sobre resíduos sólidos da unidade federativa

A partir dos dados coletados pode-se observar que a maior parte das secretarias ambientais (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), um quantitativo de oito não apresenta dados e informações relacionadas aos indicadores sociais, econômicos e ambientais de cada unidade federativa citada. A única exceção é o estado do Mato Grosso que apresenta indicadores de crescimento e desenvolvimento. A ausência de comunicação governamental com o intuito de apresentar tais indicadores, especificamente no que tange à gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos na maior parte dos estados, mostra que o Estado não está dando relevância à Política de Resíduos Sólidos como um conteúdo importante para os planos de gestão de resíduos sólidos dos municípios brasileiros (Brasil, 2010).

4.2 Política de resíduos sólidos

As secretarias estaduais de meio ambiente do Maranhão, Mato Grosso, Roraima e Tocantins apresentam o recurso legislação disponibilizando diversos documentos que tratam de assuntos ligados a resíduos sólidos. Já os cinco restantes, Acre, Amapá,

Amazonas, Pará e Rondônia, possuem este recurso disponível em seu sítio eletrônico, mas não destacam especificidades importantes no enfrentamento desta problemática. A informação é um direito constitucional resguardado pela Lei nº 12.527/2011 (Brasil, 2011) e a política de resíduos sólidos aponta o acesso à informação como um importante instrumento para auxiliar na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos (Brasil, 2010).

4.3 Planos de resíduos sólidos

Um dos requisitos apontados pela política de resíduos sólidos é a elaboração de planos de gestão de resíduos sólidos pelos estados brasileiros (Brasil, 2010). Apesar desta exigência, apenas alguns dos estados da Amazônia Legal conseguiram atender a este requisito, sendo eles Acre, Amazonas, Maranhão, Pará e Tocantins (Observatório dos Lixões, 2019). Destes, somente Amazonas e Tocantins apresentam um espaço específico para acesso ao plano estadual de resíduos sólidos. O plano do Pará só foi possível encontrar devido a uma busca realizada por palavras-chaves. No Mato Grosso não foi possível encontrar o plano nem por palavras-chaves digitadas na barra de busca e muito menos por meio de um link para acesso. No caso do Maranhão, a indisponibilidade de uma barra de busca na página inicial prejudica a busca pelo plano de resíduos deste estado. Assim, pode-se dizer que nem sempre a informação sobre resíduos sólidos é disponibilizada pelas páginas dos estados de modo que o usuário tenha mais facilidade para encontrar este tipo de conteúdo.

4.4 Agenda de eventos da pasta

Apenas a secretaria da área ambiental do Mato Grosso disponibiliza uma agenda dos eventos realizados, porém os dados não estão atualizados (2011, 2015 e 2017). Os oito estados restantes não dispõem deste recurso.

4.5 Autoridades responsáveis

Pela análise realizada é possível notar que oito das nove secretarias estudadas disponibilizam a identificação da estrutura organizacional da pasta ambiental. Apenas no Tocantins esta identificação de estrutura inexistente. Dados semelhantes foram encontrados na pesquisa de Bernardes et al. (2015), a qual revelou que a maior parte dos sítios eletrônicos do Sul do Brasil não disponibilizam especificações sobre a estrutura organizacional e outras informações neste sentido. Para tanto, o processo comunicativo governamental é visto como positivo neste quesito, porque as páginas eletrônicas da maioria dos estados apresentam as autoridades responsáveis pelas pastas ambientais à sociedade e, com isso, também fortalece as ligações governo-sociedade.

4.6 Programas governamentais

Apenas uma secretaria governamental da área ambiental trata de programas desenvolvidos voltados a questão dos resíduos sólidos, neste caso, o Mato Grosso. Outras

8 secretarias (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) apresentam programas desenvolvidos pela pasta, mas não desenvolve programas com este sentido ou algum outro que destaque esse tipo de pauta. Santos e Rover (2016) identificaram em seu estudo que nem sempre ocorre a divulgação de programas e projetos desenvolvidos por uma instituição. Assim, a comunicação governamental instituída neste pode ser considerada insuficiente por causa da ausência de dados e informações que tratem de programas desenvolvidos tendo em vista a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos. Isso porque o acesso à informação e o controle social apontados pela política de resíduos sólidos nem sempre são realidade neste sentido (Brasil, 2010).

4.7 Painel de notícias

A análise realizada aponta que as nove secretarias ambientais dos estados da Amazônia Legal apresentam o recurso painel de notícias. Na pesquisa desenvolvida por Fachin e Rover (2015) também se verificou a presença de painel de notícias. Através deste painel é possível obter dados e informações sobre serviços, eventos, notícias cotidianas e outras informações governamentais.

4.8 Orçamento da pasta

Ainda existem poucos dados relacionados ao orçamento da pasta no seu respectivo site. Apenas dois dos estados estudados, Amazonas (dados de 2014 a 2016) e Mato Grosso, apresentaram dados neste sentido. As demais secretarias, um total de sete (Acre, Amapá, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins) não apresentaram este recurso em sua página. A maior parte destas publica este tipo de informação na página geral do portal da transparência. Outro princípio norteador da política de resíduos sólidos, o controle social, aqui apresentado, é insuficiente devido a ausência de dados do orçamento da pasta publicados na própria página das secretarias ambientais (Brasil, 2010).

4.9 Gastos públicos

A observação do *corpus* mostrou que apenas quando o usuário acessa o portal da transparência do respectivo estado são disponibilizados dados e informações sobre os gastos públicos com a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos e não em algum espaço do site da secretaria reservada para esta finalidade, isso acontece em sete dos nove estados da Amazônia Legal (Acre, Amapá, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins). É importante destacar que a secretaria ambiental do estado do Maranhão está desenvolvendo uma página com a finalidade de apresentar os gastos públicos da secretaria ambiental e também sobre resíduos. Contudo, o Amazonas apresenta dados ligados a resíduos sólidos em parte (de 2014 a 2016) e o Mato Grosso consegue apresentar dados atualizados. A transparência dos dados orçamentários e financeiros também é apontada por Bernardes et al. (2015) como negativa. A pesquisa destes autores realizou uma análise em sites da região sul brasileira.

4.10 Interação com as redes sociais

A fim de verificar esta ferramenta o pesquisador enviou mensagens pelas redes sociais das secretarias. Nos sites de quatro secretarias da área ambiental (Acre, Amazonas, Mato Grosso e Pará) o envio de mensagens teve um retorno. Em outras cinco (Amapá, Maranhão, Rondônia, Roraima e Tocantins) não se obteve resposta sobre a mensagem enviada. Em análise de políticas de infraestrutura brasileira Gomide e Pereira (2018) evidenciaram que as relações das agências governamentais com a sociedade local, os representantes das instituições federativas e as agências de controle são deficitárias. Agora o envio e retorno de mensagens relacionadas a resíduos sólidos por redes sociais foi dificultoso porque não foi sempre que a secretaria ambiental respondeu a mensagem enviada.

4.11 Discussão dos resultados e análises

Os dados revelam que os indicadores sociais econômicos e ambientais dos resíduos sólidos são apresentados em poucos sites, o que pode prejudicar a informação, vez que a sociedade não tem acesso e nem conhecimento das ações e metas institucionais para a questão dos resíduos sólidos. Portanto, sem informação é difícil à sociedade compreender os principais problemas sociais, econômicos e ambientais decorrentes da disposição inadequada dos resíduos e maneiras de contribuir com a questão.

Conhecer a política dos resíduos sólidos é de extrema importância, uma vez que é a partir dela que os governos e a sociedade conhecem suas obrigações e deveres. Cada parte integrante da sociedade possui um papel com esta questão. Um exemplo é a gestão compartilhada pelos resíduos sólidos, em que tanto empresas, governo e sociedade têm sua parcela de contribuição. Contudo, é preciso o acesso à informação, o que nem sempre é possível, vez que a maior parte dos sites não apresenta links e/ou documentos eletrônicos para que a informação seja consultada pela sociedade em geral e até mesmo pelos municípios dos estados.

Os planos de resíduos sólidos representam um norteador para a gestão de resíduos sólidos para os estados e municípios. Porém, o acesso aos planos dos estados é possível em poucos sites, o que impossibilita o acesso dos municípios aos planos estaduais e a implementação da política de resíduos sólidos. Nos planos consta todo o planejamento relacionado a resíduos sólidos, metas, diretrizes, estratégias, programas, ações, entre outros. Assim, para que a política seja efetiva, a informação contida nos planos estaduais é um recurso importante para orientar a sociedade e as estratégias da administração pública municipal para minimizar o problema ambiental dos resíduos sólidos.

Com a agenda de eventos da pasta, é possível a sociedade acompanhar as datas das ações desenvolvidas pelas secretarias ambientais. Com isso, é possível estimular a sociedade a participar dos eventos e ações específicas sobre resíduos sólidos. Todavia, é um recurso pouco explorado pela maioria dos sites das secretarias e/ou apresenta dados desatualizados, o que reflete em ausência de informações específicas e atualizadas para que a sociedade tenha conhecimento sobre o que está sendo realizado pelo poder público em uma determinada data.

Embora a identificação das autoridades responsáveis pela secretaria ambiental em geral e de setores específicos como políticas ambientais de resíduos sólidos, seja importante para que a sociedade tenha ciência de quem o representa e também uma forma de acompanhar a conduta e realizar cobranças do representante à frente da secretaria, o recurso não é encontrado em apenas um site. Isso mostra preocupação da comunicação em manter a sociedade atualizada quanto a quem os representa diante das questões ambientais.

Com a comunicação dos programas governamentais de resíduos sólidos, é possível a participação da sociedade em programas como coleta seletiva e outras ações e metas estabelecidas pelos planos de resíduos sólidos. Embora a importância desta ferramenta seja nítida, somente um site o apresentou, o que demonstra fragilidade. Portanto, a participação da sociedade em programas desenvolvidos com esse sentido fica comprometida devido à ausência de informação. Cabe destacar que a questão dos resíduos sólidos é uma responsabilidade compartilhada, em que a sociedade representa grande parte do processo de não geração e redução do consumo de produtos.

Com base na análise de dados, nota-se que somente o recurso painel de notícias é utilizado por todas as secretarias ambientais, o que é um ponto positivo. Contudo, a disponibilidade somente deste recurso não é suficiente para garantir a informação necessária a respeito dos resíduos sólidos, é preciso explorar outras formas de comunicação digital. O painel de notícias é uma forma bem simples de acessar as informações mais relevantes, uma vez que estas ficam em destaque no site. Desta forma, a sociedade tem acesso aos principais conteúdos do site sem muito esforço.

O orçamento indica quanto de recurso está disponível para as despesas no voltado aos resíduos sólidos e os gastos indicam os dispêndios financeiros com programas e ações. Assim, são de suma importância para que a sociedade tenha conhecimento do orçamento e os gastos para um determinado período. Contudo, apenas dois estados mostram o orçamento e os gastos com resíduos sólidos. A questão ainda é divulgada na página geral dos governos e não nas páginas das secretarias. Sem o estimativo para gasto e uma referência para o que foi gasto, fica difícil a sociedade acompanhar as contas públicas, o processo se torna frágil. Um detalhe interessante é que mesmo com os recursos os dados são desatualizados.

Em um mundo em que a internet e as redes sociais ganharam mais notoriedade, os governos devem estar presentes não somente presencialmente, mas também em sites, Facebook, Twitter, Instagram, entre outras plataformas de interação digital. Com isso, a sociedade está cada vez mais presente e perto das decisões dos governos e participando por meio de comentários, mensagens pelas redes sociais, postagens, por exemplo. Em se tratando da análise dos dados, poucos estados interagiram por meio da mensagem enviada pelas redes sociais, o que demonstra uma comunicação frágil. Comunicação esta que não demonstrou interesse em responder ao questionamento realizado, não proporciona o envio e o retorno de mensagens, não utiliza todos os recursos que a rede social proporciona.

Com base na análise de dados, é possível verificar que a comunicação governamental de resíduos sólidos ainda é bastante frágil, uma vez que dos 9 estados, apenas Mato Grosso desenvolveu mais recursos com fins de garantir a informação sobre resíduos sólidos a sociedade. O respectivo estado conseguiu atender a 8 dos 10 critérios analisados. A ausência de recursos para garantir a informação pode refletir negativamente

na questão da participação das ações no voltado aos resíduos sólidos. A informação é um recurso importante para que a participação ocorra. Cabe destacar que apenas o painel de notícias é adotado por todas as secretarias.

Carniello (2015) explica que a comunicação governamental em ambientes digitais consegue ser efetiva quando os governos disponibilizam uma maior quantidade de recursos de governo eletrônico. Quanto mais recursos ofertados, mais próximos os governos estão de atender aos requisitos do governo eletrônico e mais efetivos são considerados. Ademais, os dados mostram que os governos em geral estão distantes de uma comunicação governamental digital mais efetiva e pouco preocupada em informar a sociedade sobre a questão ambiental dos resíduos sólidos.

Por fim, cabe destacar que a importância da comunicação governamental pode ser visualizada diante da ausência de informações a respeito de um determinado problema ambiental em um local específico. Sem este tipo de informação, disponibilizada pelos diversos canais midiáticos, a sociedade não toma conhecimento daquela realidade e, conseqüentemente, não pode tomar atitudes que possam contribuir com a questão ambiental contemporânea.

5 Considerações finais

Este trabalho buscou investigar a mobilização das secretarias de meio ambiente dos estados da região amazônica brasileira quanto a informação sobre resíduos sólidos nos respectivos sites institucionais. A pesquisa foi motivada porque a comunicação governamental associada às possibilidades de interação da internet representa uma importante ferramenta para a gestão de resíduos sólidos, de divulgação, informação, transparência, participação.

A análise da comunicação governamental demonstra fragilidade da informação disponibilizada pelos sites institucionais estudados, uma vez que existem poucos recursos que possibilitem informação sobre resíduos sólidos. A informação ainda é bastante limitada e nem sempre é encontrada com facilidade nas respectivas páginas. Isto pode levar o cidadão a se distanciar destas plataformas e ainda mais de uma ligação mais próxima entre governantes e governados.

Embora a informação seja respaldada como um dos instrumentos da política de resíduos sólidos, ela ainda está distante de ser transparente quando se trata de contextos de gestão e gerenciamento de resíduos sólidos. É de modo bastante tímido que os assuntos relacionados a este contexto são retratados. Alguns programas e projetos arquitetados e operacionalizados não abordam os resíduos ou nem existem. Outro aspecto deficiente é a publicidade da legislação relacionada a este setor.

O controle social no que diz respeito a publicidade de dados do orçamento e dos gastos relativos a resíduos sólidos é inexistente ou aparece nas páginas de modo desatualizada. Isto impossibilita a sociedade de obter informações sobre estes aspectos, e, como consequência, não toma conhecimento do quanto custa e quanto é disponibilizado para o enfrentamento desta problemática.

As interações em redes sociais são prejudicados devido a ausência de resposta de mensagens enviadas por algumas secretarias. Esta ausência de interatividade por parte das

agências governamentais ambientais pode levar o cidadão a distanciar da questão dos resíduos sólidos. Isto pode ocorrer porque ao enviar mensagem e não obter retorno, ele pode deixar de procurar aquela informação, o que pode gerar algum tipo de resposta subsequente inadequada com relação a esta questão.

Apesar dos achados da análise da comunicação governamental apontar que recursos como painel de notícias e dados sobre autoridades responsáveis são oferecidos pelos sites, nota-se que outras informações mais precisas sobre aspectos ligados a gestão e ao gerenciamento de resíduos, como indicadores sociais, econômicos e ambientais, legislação, agenda de eventos e programas governamentais, orçamento e gastos com resíduos e a interação em redes sociais, aparecem de modo superficial ou nem aparecem.

Somente utilizar a internet e seus recursos tecnológicos pelas agências governamentais não é suficiente para garantir a publicidade das informações relativas a esta problemática. Por fim, recomenda-se que futuras pesquisas possam considerar municípios brasileiros, principalmente devido a responsabilidade da gestão de resíduos sólidos ser do executivo municipal.

Referências

- Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. (2019). *Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2018/2019*, 2019. Recuperado em 22 de novembro, 2019, em <http://abrelpe.org.br/panorama/>.
- Baldissera, R., & Kaufmann, C. (2013). Comunicação organizacional e sustentabilidade: sobre o modelo instituído no âmbito da organização comunicada. *Organicom*, 10(18), pp. 59-70.
- Bernardes, M. B., Santos, P. M., & Rover, A. J. (2015) Ranking das prefeituras da região Sul do Brasil: uma avaliação a partir de critérios estabelecidos na Lei de Acesso à Informação. *Rev. Adm. Pública*, 49(3), pp. 761-792.
- Brasil, Presidência da República do. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília.
- Brasil, Presidência da República do. (2000). *Lei complementar nº 101*, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília.
- Brasil, Presidência da República do. (2009). *Lei complementar nº 131*, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Brasília.
- Brasil, Presidência da República do. (2010). *Lei nº 12.305*, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília.

- Brasil, Presidência da república do. (2011). *Instrução normativa nº 5*, de 6 de junho de 2011. Dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências. Brasília.
- Bueno, W. da C. (2012). Comunicação e sustentabilidade: aproximações e rupturas. *Razón y Palabra*, 17(79), pp. 1-17.
- Canepa, C. (2007). *Cidades sustentáveis: o município como locus da sustentabilidade*. RCS.
- Carneiro, E. J. (2005). Política ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável. In: Andréa Zhouri, Klemens Laschefski, Doralice Barros Pereira. (Orgs). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. (pp. 27-48). Autêntica.
- Carniello, M. F. (2015). Proposta metodológica de avaliação de comunicação governamental digital. *Revista Observatório*, 1(2), pp. 101-116.
- Cezar, L. C., Barbosa, T. R. da C. G., & REIS, M. C. T. (2013). Interfaces da comunicação pública e governamental na divulgação da política nacional de resíduos sólidos. *Revista de C. Humanas*, 13(1), pp. 102-120.
- Cezar, L. C. (2018). Reflexões sobre a comunicação em políticas públicas: proposta de um modelo de avaliação da comunicação governamental. *Rev. Adm. Pública*, 52(1), pp. 52-70.
- Controladoria Geral da União. (2013). *Brasil transparente: guia de implantação de portal da transparência*. Brasília.
- Diniz, E. H., Barbosa, A. F., Junqueira, A. R. B., & Prado, O. (2009). O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. *RAP*, 43(1), pp. 23-48.
- Faccioli, F. (2000). *Comunicazione pubblica e cultura del servizio*. Carocci.
- Fachin, J., & Rover, A. J. (2015). Governo eletrônico – E-GOV: análise dos serviços disponíveis no portal do governo do estado da Bahia. *Navus*, 5(2), pp. 40-50.
- Farias, L. A. de., & Kunsch, M. M. K. (2013). O que não é sólido desmancha no ar. *Organicom*, 10(11), pp. 11-16.
- Gil, P. G., & Matos, H. (2012). Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas. In: Matos, H. (Ed.). *Quem é o cidadão na comunicação pública?*. (pp. 141-167). ECA/USP.
- Gomide, A. de Á., & Pires, R. R. C. (2014). Capacidades estatais e democracia: A abordagem dos arranjos institucionais para análise de políticas públicas. In: Gomide, A. de Á., & Pires, R. R. C. (Eds.). *Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas*. (pp. 15-30). Ipea.

- Gomide, A. de À., & Pereira, A. K. (2018). Capacidades estatais para políticas de infraestrutura no Brasil contemporâneo. *Revista de administração pública*, 52(5), pp. 935-955.
- Kunsch, M. M. K. (2007). Comunicação para o desenvolvimento sustentável na sociedade globalizada. In: Barbosa, M. (Ed.). *Vanguarda do pensamento comunicacional brasileiro: as contribuições da Intercom (1977-2007)*. Intercom.
- Kunsch, M. M. K. (2012). Comunicação pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas. In: Matos, H. (Ed.). *Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas*. (pp. 13-29). ECA/USP.
- Labres, S. da S. (2014). Assessoria de comunicação governamental: uma análise da realidade teórica e prática. Comunicação governamental como alimento da comunicação eleitoral: o caso das gestões petistas em Guarulhos. In: Haswani, M. F. (Ed.). *Comunicação governamental: o local como foco de análise*. (pp. 287-308). ECA/USP.
- LEFF, E. (2010). *Discursos sustentáveis*. Tradução: Silvana Cobucci Leite. Cortez.
- LUZ, A. J. (2017). Sistemas de comunicação governamental: a experiência da prefeitura de Fortaleza (2005-2012). In: Weber, M. P. C., & Locatelli, C. (Eds.). *Comunicação pública e política: pesquisas e práticas*. (pp. 423-438). Insular.
- Martino, L. M. S. (2018). *Métodos de pesquisa em comunicação: projetos, ideias, práticas*. Vozes.
- Observatório dos Lixões. (2019). *Obrigações Estaduais para a Política Nacional de Resíduos Sólidos*. Recuperado em 16 de dezembro, 2019, em <http://www.lixoes.cnm.org.br/>.
- Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. de. (2013). *Metodologia do trabalho: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. (2). Feevale.
- Ramesh, M., Saguin, K., Howlett, M. P., & Xun, W. (2016). Rethinking Governance Capacity as Organizational and Systemic Resources. *Lee Kuan Yew School of Public Policy Research Paper*, (16-12).
- Ribeiro, N. P. R., & Carniello, M. F. (2021). Avaliação dos serviços públicos ao município de Teresina disponibilizados por meio do governo eletrônico. *Tecnologia & Sociedade*, 17(46).
- RUSSMANN, Uta.; HAMETNER, Markus.; POSCH, Eduard. Tax-funded digital government communication in Austria: Members of the government on Facebook. **European Journal of Communication**, v. 35, n. 2, p. 140-164, 2020.
- Santos, P. M., & Rover, A. J. (2016). Processos de gestão do conhecimento fomentados pelos portais de governo. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, 6(2), pp. 48-79.
- Silva, L. B. da., Meneses, V. D., & Almeida, L. de A. (2020, 13 de novembro). *Proposição teórica de um instrumento de análise da capacidade político-relacional a partir das TICs dos sites governamentais*. In *Anais VII Encontro Brasileiro de Administração Pública*.

- Silva, L. B.da, Meneses, V. D., & Almeida, L. A. (2021). Tic's governamentais de navegabilidade na gestão de resíduos sólidos no Brasil. *Cadernos de Comunicação*, 25(2).
- Silva, L. B. da., Meneses, V. D., & Almeida, L. de. (2021, 10, 11 e 12 de novembro). *Comunicação Governamental e Capacidades Político-Relacionais: Uma Aproximação Teórico-Empírica na Gestão de Resíduos Sólidos*. In *Anais XXIV Seminários em Administração*.
- Silveira, P. C. M. P. (2014). Grupos de interesse organizados. In: Haswani, M. F. (Ed.). *Comunicação governamental: o local como foco de análise*. (pp. 85-118). ECA/USP.
- Torquato, G. (2010). *Tratado de comunicação organizacional e política*. (2 ed.). Cengage Learning.
- Torquato, G. (2014). *Novo manual de marketing político*. Summus Editorial.
- Viana, R. L., Freitas, C. M. de., & Giatti, L. L. (2015). Saúde ambiental e desenvolvimento na Amazônia legal: indicadores socioeconômicos, ambientais e sanitários, desafios e perspectivas. *Saúde Soc.*, 25(1), pp.233-246.

Dados dos autores:

Lucas Braga da Silva

 ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6034-4057>

Mestre em Comunicação e Sociedade. Doutorando em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins (2021). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Palmas, Tocantins, Brasil. E-mail: lucaslogistica19@gmail.com.

Verônica Dantas Meneses

 ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6719-5282>

Doutora em Comunicação. Professora do Mestrado Acadêmico em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins. Palmas, Tocantins, Brasil. E-mail: veronica@mail.uft.edu.br.

Como citar este artigo:

Silva, L. B., & Meneses, V. D. (2022). A Informação Digital sobre Resíduos sólidos como Ferramenta de Comunicação Governamental. *AOS – Amazônia, Organizações e Sustentabilidade*. <http://dx.doi.org/10.17648/aos.v11i1.2060>